



As comemorações dos 50 anos da AMATRA-2



AMATRA-2 pela
Valorização da
Magistratura

Página 3

Encontro Anual debate
as Relações de Trabalho

Página 16



Entrevista
exclusiva
com o
Presidente
do TST

Página 10

Eis que surge 2013!

Os fogos de artifício, o pular sete ondas, as oferendas à Iemanjá, o desfrute de lentilha e uva, as orações durante a virada, o beijo e o abraço na pessoa amada, enfim, as tradições das mais variadas têm o efeito de dissipar todo o esgotamento dos últimos dias do ano, as angústias e frustrações por promessas não cumpridas e expectativas não alcançadas.

Como num passe de mágica, quando o ponteiro do relógio marca zero hora, as nossas esperanças ressurgem.

Muitos dizem ser o “milagre da renovação”. Na realidade, trata-se da capacidade de resiliência do ser humano que reinventa constantemente o caminho a ser trilhado, criando uma nova estória.

É com este espírito que iniciamos os trabalhos associativos no Novo Ano, tendo como norte vários projetos: a continuidade das ações atinentes à Campanha de Valorização da Magistratura - com prioridade para a luta pela fixação de uma política remuneratória digna, com o retorno do ATS; a execução de gestões em prol da ampliação do auxílio fixo nas demais Varas da Capital, bem como nas unidades judiciárias com mais de 1500 processos; a realização do I Congresso Internacional da AMATRA-2; a promoção de um concurso de monografia; a expansão do projeto “Juiz do Trabalho: Sempre ao Seu Lado” para outras circunscrições da Segunda Região, dentre outros.

Para o aprimoramento destas empreitadas - bem como constituição de outras de igual importância - contamos com a imprescindível participação efetiva de todos os colegas. No intuito de aprimorar o canal de comunicação - e interação - da instituição com os associados, lançaremos, já nos primeiros meses de 2013, uma nova página virtual da AMATRA-2.

Por ora, apresentamos a você mais uma edição do jornal Magistratura & Trabalho.

Além das reportagens sobre o 28º Encontro Anual de Final de Ano em Mangaratiba e Jantar de Cinquenta Anos da AMATRA-2, merece especial atenção a entrevista exclusiva e inédita gentilmente concedida pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen.

Na oportunidade, além de fazer um balanço de sua gestão, o Ministro discorreu sobre temas importantes para a Magistratura, para o Direito do Trabalho e para a sociedade, de um modo geral, diretamente afetada com a propagação da campanha “Trabalho Seguro - Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho”. O Presidente também falou sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT) e, ao exteriorizar suas expectativas com relação à Segunda Região, defendeu a “descentralização do Fórum Ruy Barbosa”.

Eis uma questão importante a ser analisada, uma vez que a (forma de) instalação - de novas Varas na Segunda Região - inclusive na Capital - sob o sistema do PJ-e terá grande foco no ano que se inicia.

Assim, temos muito o que debater! Boa leitura!

No mais, desejamos a todos que a Paz, a Solidariedade e, sobretudo, o Amor seja a marca mais profunda em tudo que for planejado, realizado e vivenciado em 2013.

Patricia Almeida Ramos
AMATRA-2 - Cinquenta
Anos de Lutas e
Conquistas!



AMATRA-2 - DIRETORIA

Diretoria Executiva:

Patricia Almeida Ramos - Presidente
Mauricio Assali - Vice-Presidente
Valeria Nicolau Sanchez - Diretora Secretária
Armando Augusto Pinheiro Pires - Diretor Financeiro
Farley Roberto Ferreira - Diretor de Benefícios
Cristina Ottoni Valero - Diretora Social
Maria Cristina Fisch - Diretora Cultural

Comissão de Prerrogativas:

Silvana Abramo
Mauricio Marchetti
Daniel Rocha Mendes

Comissão de Prerrogativas Suplentes:

Jonas Santana de Brito
Paulo Eduardo Vieira de Oliveira
Fernanda Marchetti

Conselho Fiscal Titular:

Dora Vaz Treviño
Raquel Gabbai de Oliveira
Renata Bonfiglio

Conselho Fiscal Suplentes:

Priscila Duque Madeira
Carlos Eduardo Saad
Adriana Prado Lima

Diretores Adjuntos:

Fabio Ribeiro da Rocha – Diretor Cultural Adjunto
Alvaro Simões – Diretor Financeiro Adjunto
Tomás Pereira Job – Diretor Adjunto de Benefícios
Isabel Cristina Quadros Romeo – Diretora Social Adjunta
Rogeria Amaral – Diretora Secretária Adjunta
Lávia Lacerda Menendez – Diretora Adjunta de Substitutos
Walter Rosati Vegas Junior – Diretor Adjunto de Esportes
Richard Jamberg – Diretor Adjunto de Assuntos Legislativos e Institucionais
Sandra Assali – Diretora Adjunto de Direitos Humanos
Paulo Dias da Rocha – Diretor Adjunto de Aposentados
Helder Biachi Ferreira de Carvalho – Diretor Adjunto de Comunicações
Aneth Konezuke – Diretora Adjunta de Guarulhos e Região
Cristiane Maria Gabriel – Diretora Adjunta de Osasco e Região
Silvana Louzada Lamattina – Diretora Adjunta da Região do ABC
Adalgisa Lins Dornellas Glerian - Diretora Adjunta da Baixada Santista

Órgão Oficial da AMATRA-2, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região

Av. Marques de São Vicente, 235 – Bl. B- 10º and.
Barra Funda - São Paulo - SP
CEP 01139-001
Telefone: (11) 3392 4996, (11) 3392 4997
Fax: (11)3392 4727
Email: amatra2@uol.com.br
Site: <http://www.amatra2.org.br>

Produção:

4Press Agência de Notícias
Jornalista Responsável: Fernanda d'Ávila –
MTB 30171
Av. Vereador José Diniz, 3720 – 5º andar
Campo Belo - 04604-007 – São Paulo/ SP
Tel: 55 11 5096-0439

Produção Gráfica:

Alexandre P. Campos F.

Ações pela Valorização da Magistratura marcam Semana Nacional de Conciliação

Magistrados de São Paulo não aderiram à mobilização do CNJ

A Semana Nacional de Conciliação de 2012 foi marcada pelo protesto dos Juízes e paralisações por 48 horas de Tribunais em diversas regiões do País. Na Segunda Região, os Magistrados não suspenderam as atividades no Fórum, mas realizaram um ato de Defesa da Magistratura no dia 7 de novembro. A mobilização contou com a presença de dezenas de Juízes, além de representantes da OAB-SP, Ministério Público do Trabalho, AATSP, Ajufe, Ajufesp, Anamatra, Fenajufe e Sintrajud.

O ato foi aberto pela Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região, Patricia Almeida Ramos, que leu um documento com as reivindicações. “O fato de nos reunirmos para realizar este movimento demonstra que não temos mais condições materiais e psicológicas de suportar, calados, o desrespeito do qual somos vítimas há anos: não temos uma política de segurança eficiente, tampouco um sistema de saúde e previdência pública condigno com a carreira”, afirma a Juíza, na Carta De São Paulo.

O vice-presidente da Ajufesp, Paulo Cezar Neves Junior, lembrou a importância da Justiça para o funcionamento da Nação e destacou que valorizar os juízes é valorizar o próprio cidadão. Já o conselheiro da OAB-SP Lívio Enescu ressaltou a importância da iniciativa para o Direito e a Justiça no Brasil. A Semana Nacional da Conciliação acaba gerando dificuldades para o cumprimento de prazos e para o trabalho de juízes, promotores e advogados, segundo ele. “Hoje esse ato é uma homenagem à Magistratura, à Promotoria e à Advocacia”, definiu.

A desembargadora Silvana Abramo Ariano, do TRT-2, leu uma moção de apoio da 15ª turma ao ato da AMATRA-2. Hoje é um dia de luto para mim”, afirmou o vice-presidente da AMATRA-2, Maurício Assali. Dirigindo-se à presidente Dilma Rousseff, ele exigiu o respeito à Constituição. O Poder Executivo não encaminhou ao Congresso, pelo segundo ano consecutivo, uma proposta orçamentária do Poder Judiciário que assegure independência e o resposta às reivindicações.



A paralisação dos Juízes do Trabalho e Federais teve adesão de cerca de 90% dos Magistrados em todo o Brasil. O Juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, Conselheiro do CNJ, divulgou artigo no qual reconhece a legitimidade do movimento em favor da valorização da magistratura. Sob o título “Juízes que hoje protestam o fazem com tristeza”, lembrou o desrespeito à Constituição Federal. “Aquele que tem a responsabilidade de garantir ao cidadão o cumprimento das leis, está sendo vítima do desrespeito expresso da Constituição e naquilo que lhe afeta mais diretamente em sua vida pessoal e de sua família: seus subsídios”, ressalta.

AMATRA-2 promove a Campanha “Juiz do Trabalho: Sempre ao Seu Lado” em São Paulo e implanta TJC em escola do Pari

A comunidade do Pari, na região central de São Paulo, recebeu os Juízes do Trabalho para esclarecer dúvidas que envolvem as relações de trabalho e os direitos trabalhistas. Além disso, a Cartilha do Trabalhador e a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, materiais gráficos do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, foram distribuídas aos alunos e também aos cidadãos que passaram pela Escola Estadual Frei Paulo Luig.

“Estamos aqui para alertar população de que existem direitos que devem ser respeitados por empregados e empregadores”, disse a Juíza Patrícia Almeida Ramos, Presidente da AMATRA 2.

“Um dos pilares da campanha é cidadania qualificada, a formação do cidadão. O Poder Judiciário está ao alcance de cada um e para que isso aconteça todos precisam saber exercer, na plenitude, sua cidadania”, anunciou a Juíza Sandra Bertelli, diretora de Cidadania e Direitos Humanos da AMATRA-2 e da Anamatra.

A Desembargadora Silvana Abramo Ariano, que participou ativamente da organização do evento, destacou a oportunidade de aproximação com os trabalhadores. “Nós estamos aqui também como aprendizes, nós nos tornamos melhores juízes por estar aqui com vocês”.



A realização da Campanha Juiz do Trabalho: Sempre ao Seu Lado em São Paulo foi notícia em vários veículos de comunicação da capital paulista e de outras cidades do País. Portais da internet, rádio e jornais destacaram a iniciativa da AMATRA-2 e da Anamatra.



Além do esclarecimento de dúvidas, os participantes do evento puderam assistir a uma palestra do vice-presidente da AMATRA-2, Juiz Maurício Assali, sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, bem como a diversas performances dos alunos e da comunidade do bairro como teatro de fantoches, sarau literário, música, balé, dança do ventre e apresentações folclóricas de bolivianos e paraguaios.

A Campanha Juiz do Trabalho: Sempre ao Seu Lado foi lançada no Rio de Janeiro e também passou por Salvador. No dia 6 de dezembro, foi a vez da 15ª Região receber o evento, realizado no Instituto Educacional Imaculada, em Campinas. A mobilização continua em 2013.



Programa Trabalho, Justiça e Cidadania realiza encontro em Sergipe

O 7º Encontro Nacional do Programa TJC da Anamatra reuniu, entre os dias 29 e 30 de novembro, em Aracaju, Magistrados de todo o País para debater os desafios do projeto criado em 2004, que já atingiu mais de 80 mil estudantes e jovens trabalhadores, cerca de 5 mil professores em 20 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

O Magistratura e Trabalho conversou com a Desembargadora Silvana Abramo Margherito Ariano, coordenadora regional do programa TJC.

Magistratura e Trabalho: *Como foi o encontro de Sergipe?*

Silvana Abramo Margherito Ariano: O Encontro Nacional foi extremamente proveitoso e interessante. Na manhã do primeiro dia foram apresentados os trabalhos de finalização do programa, por alunos das escolas. Em poesias, esquetes teatrais, música, coral e jogral, os alunos abordaram temas como trabalho doméstico, acidentes do trabalho, anotação do contrato na CTPS, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. No encontro ainda os coordenadores regionais fizeram relatos de suas atividades durante esse ano e foram tomadas decisões para o próximo ano.

Muito importante foi a aprovação das Diretrizes Éticas do Programa TJC, que ratifica o seu caráter de trabalho de responsabilidade social da Anamatra e das Amatras. Também mereceram destaque a elaboração da Cartilha de Acidentes do Trabalho, em fase de finalização, a integração com o desenvolvimento do Programa Trabalho Seguro, do TST, que vem sendo implantado através de gestores regionais, e a participação do Programa TJC nos cursos de formação de novos Juízes da Enamat e das Ejuds.

Finalmente foi unânime a avaliação dos presentes quanto à grande importância da criação da categoria TJC no Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, em que foi escolhido o trabalho desenvolvido por alunos de Faculdade de Direito do Ceará, em parceria com os colegas da Amatra 7.

MT: *Os Magistrados propuseram novidades para o programa em 2013?*

SAMA: O TJC tem a grande qualidade de permitir a criatividade e inovação de colegas, dos professores e dos alunos, atendendo as demandas locais, com as especificidades que



existem nesse nosso imenso País, mas mantendo sempre sua estrutura e característica.

Existem Amatras que vem desenvolvendo o TJC com adolescentes assistidos, com formação de monitores entre estudantes de nível universitário, para trabalhadores da construção civil, integrantes do programa Trabalho Seguro, com temas como prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e gestação precoce, reciclagem e meio ambiente, entre outros, ações que vão se consolidar e ampliar nesse próximo ano.

MT: *Como está a implantação em São Paulo? Quais devem ser os próximos passos do TJC na capital paulista?*

SAMA: O convênio com a Secretaria Estadual da Educação está praticamente pronto e a previsão é para a implantação do TJC em 15 escolas da região Centro e Centro1, que abrange o bairro do Pari, onde fizemos o lançamento da campanha "Juiz do Trabalho: Sempre a Seu Lado". Também temos a perspectiva de implantação em municípios próximos, com Convênios com Prefeituras. O ano de 2013 será o ano da efetivação do programa na Segunda Região.

Também há interesse para a implantação do TJC em município do ABC e para atendimento de adolescentes saídos do sistema de sócio atendimento que desejam integração ao mercado de trabalho. Além disso, temos também a intenção de nos integrar ao projeto de Trabalho Seguro do TST, que está sendo implantado na nossa Região. Não é pouco.

MT: *O que essa experiência significa na sua vida profissional e pessoal?*

SAMA: É uma experiência extremamente gratificante e enriquecedora. Todos os colegas que participaram do lançamento da campanha "Juiz do Trabalho...", na escola estadual Frei Paulo Luig, sentiram o grande impacto do contato direto com alunos, professores, pais e toda a comunidade. No dia a dia do nosso trabalho não temos muita oportunidade de perceber a importância social do nosso papel. No evento todos queriam conversar com o Juiz, saber coisas, tirar dúvidas. Para muitos foi a oportunidade de perceber que é possível sonhar e realizar um projeto de vida que envolva muito estudo e dedicação e que os Juízes são pessoas como eles, que estudaram e que estão ali para continuar contribuindo para a melhoria da sociedade.

Um novo tempo na Comissão de Prerrogativas

A defesa das prerrogativas dos Magistrados vem passando por uma nova fase. Nunca tantos colegas foram representados, ao mesmo tempo, pela Corregedoria local (principalmente por atrasos na prolação de sentenças), advogados e partes. E o prazo para representações passou de 08 para 120 dias corridos, a partir de Maio de 2012.

Não bastasse isso, o CNJ, em função de sua recentemente reconhecida competência concorrente, tem determinado a reabertura de procedimentos já encerrados pela Corregedoria local, por discordar da decisão (pelo arquivamento) tomada. Também alterou a resolução que cuida do processamento destes feitos, acabando com o segredo de justiça obrigatório que havia até então.

Este quadro foi agravado, circunstancialmente, pelo processo eleitoral na OAB/SP e pelas tratativas de retomada de sua sala no 10º andar do Fórum pela

Administração do Tribunal, sob a justificativa de que o espaço seria utilizado para treinamentos referentes ao PJ-e e implantação de novas Varas. Todos devem se lembrar que foi em época de eleições na OAB/SP que teve lugar a famigerada “lista negra” das autoridades desagravadas.

Diante disso, duas medidas fundamentais foram tomadas pela nova direção da AMATRA-2 desde a posse em Abril de 2012.

A primeira foi a contratação de renomado escritório de advocacia especializado em direito penal e administrativo sancionador, para a defesa circunstanciada de cada um dos colegas. Assim, sempre que a assistência da AMATRA-2 é requerida, um membro da Comissão de Prerrogativas e um advogado especialista indicado pelo escritório formulam as

defesas em conjunto com o associado e o acompanham em todos os atos que se seguem.

Os advogados e os membros da Comissão de Prerrogativas têm atuado incessantemente nos depoimentos das partes, testemunhas, entregas de memoriais e sustentações orais.

A segunda medida consiste na formação de uma comissão conjunta com a OAB/SP para tentar por fim a desagravos, pedidos de providências e mesmo representações formulados por advogados, evitando que estes dois últimos se tornem processos administrativos. Em breve a comissão deverá ser integrada por outras entidades de advogados e mesmo da sociedade civil, dando maior abrangência às tentativas de conciliação.

Desde sua implantação já foram celebrados oito acordos com arquivamento dos procedimentos instaurados em nove tentativas realizadas. Cada uma das partes envolvidas foi assistida por um representante da sua entidade que, não celebrado o acordo, seguem na defesa dos interesses de seus respectivos associados com as medidas que entenderem cabíveis daí por diante.

E, como o comparecimento às tentativas de conciliação é facultativo, contou-se com a boa vontade dos colegas e advogados que, após uma conversa franca, frente a frente, puseram fim aos desentendimentos havidos, em sua maioria pontuais e decorrentes do dia a dia estressante que nos envolve e nos afeta em espectros que sequer percebemos.

Esperamos que cada vez mais seja este o modo de resolução preferencial de nossos conflitos, inclusive entre colegas, onde ocorrerem.

Juiz Daniel Rocha Mendes



Um paradigma em busca da redenção

Fecha-se o ano de 2012. Muitas conquistas realizadas. Todavia, precisamos ser humildes em reconhecer assombrosas dificuldades da magistratura, quer no âmbito nacional (subsídios defasados, mobilização sem efeitos práticos, desrespeito à magistratura pelo Poder Executivo, dentre outros), quer no âmbito regional.

As estatísticas divulgadas pela Revista do TRT da 2ª Região de 11/2012 demonstram que cada magistrado da 1ª instância desse Tribunal é responsável por 3.550 processos e 1.055 novos casos no ano de 2011. A média nacional, frise-se, influenciada pelos números exacerbatos da 2ª Região, chega a 2.242 e 696 respectivamente. Excluídos os números da 2ª Região, a média nacional está em 2.186 e 680 respectivamente.

Não é preciso ser especialista para perceber algo notório: a 1ª instância do TRT da 2ª Região é a mais sacrificada do país. Até aí, o leitor refletirá: sempre foi assim.

Mas passou a hora de isso mudar.

Precisamos reconhecer que isso é causa determinante das péssimas condições de trabalho e, por via de consequência, dos atritos entre juízes (substitutos e titulares; varas com auxílio fixo e auxílio móvel), dentre outros problemas.

Pior: é a faca no pescoço para quem não consegue entregar a prestação jurisdicional no prazo, este muito bem cobrado do magistrado, o qual deve produzir mais que o dobro dos magistrados das 8ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões, por exemplo (vide estatística na fonte acima mencionada), simplesmente para não correr o risco de sanção funcional.

Esse sistema perverso que aflige a 1ª instância nos traz uma dúvida inafastável: por que não há mais magistrados na 2ª Região?

Até a Lei 12.027, de 9/09/2009 e Lei 12.427, de 17/06/2011, a resposta era pronta: não há cargos de juízes. Mas, atualmente, passados mais de três anos do primeiro diploma normativo, há mais de 200 cargos vagos de juízes no TRT da 2ª Região.

Nos últimos três concursos de nosso Tribunal foram aprovados 34, 17 e 21 juízes, respectivamente. Isso significa que o número de aprovados repõe as saídas e acrescentam algo de 10 juízes por concurso.

Justamente nesse ponto que se propõe um novo paradigma: o TRT da 2ª Região urge pela busca dos melhores candidatos em número suficiente para preencher

essas vagas nos próximos três ou quatro anos. Mais claramente: é necessária a aprovação de 70/80 candidatos por concurso.

Não se postula precarizar a avaliação dos candidatos. Muito pelo contrário. Há a pretensão de que, em um universo de 8.000 inscritos (média aproximada de inscritos), consigamos selecionar o 1% melhor.

Tal qual o selecionador headhunter (caça-talento) consegue identificar no mercado de trabalho os altos técnicos que o meio empresarial necessita, a prova da magistratura deve estar voltada a essa finalidade: a seleção dos 70/80 melhores candidatos.

O concurso XXXIII do TRT da 2ª Região (posse em 2008), no qual foram 81 candidatos para a prova oral e 56 candidatos foram aprovados, demonstra a integração entre falta de juízes e aprovação suficiente a essas necessidades.

Passados mais de quatro anos, nada há que desabone tamanha aprovação.

Não se olvide ainda a estruturação e evolução da Ejud da 2ª Região, inclusive premiada pelo desenvolvimento do ensino à distância, que tem condições de capacitação dos magistrados ingressantes, a fim de acompanhá-los nas dificuldades do cotidiano e desenvolver o conhecimento desses candidatos.

O prazo bienal para vitaliciamento será a balança final para mensurar a vocação, dedicação, empenho e desenvoltura desses juízes.

Não há o que temer. Ovelhas desgarradas podem ser recuperadas nesse período ou afastadas para não contaminarem o rebanho.

O que se precisa é tratar da causa determinante dos conflitos internos, da exaustão do magistrado de 1ª instância, da desesperança e da frustração do clima organizacional.

É preciso um novo paradigma.

Aos headhunters, nossa redenção!

Juiz Farley Roberto Ferreira -
Diretor de Benefícios da AMATRA-2



2º Encontro de Advogados e Magistrados do Trabalho

A AMATRA-2, a EJUD-2, a AASP e a AATSP realizaram entre os dias 25 e 27 de outubro de 2012, o 2º Encontro de Advogados e Magistrados Trabalhistas. Os auditórios do Fórum Ruy Barbosa e da AASP foram os palcos do evento.

Na quinta (25/10), o Desembargador Carlos Roberto Husek, Diretor EJUD-2, a Juíza Patricia Almeida Ramos, Presidente AMATRA- 2, e os Doutores Roberto Parahyba de Arruda Pinto, Diretor Cultural da AASP, e Claudio Peron Ferraz, Presidente da AATSP abriram os trabalhos.

O Presidente da ABRAT, Dr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, realizou, em seguida, uma palestra sobre um dos homenageados do Encontro, o Ministro Arnaldo Süssekind. A noite da abertura foi encerrada com um animado show da banda Sweet Old Music.

Durante a sexta-feira (26) e o sábado (27) Magistrados e Advogados realizaram as seguintes palestras: “A terceirização e o acidente de trabalho”, “A problemática da quantificação da indenização por dano moral”, “Alta médica: limbo jurídico trabalhista previdenciário”, “Relação juiz-advogado - Prerrogativas/abuso”, “Efetividade na execução trabalhista e a aplicação supletiva do CPC” e “A



negociação coletiva do trabalho”, além da homenagem à Advogada Ritsuko Tomiolka, proferida pelo Desembargador Ricardo Artur Costa e Trigueiros.

O Ministro do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, encerrou o 2º Encontro com Conferência sobre sistema recursal e uniformização de jurisprudência. A Presidente do TRT-2, Desembargadora Maria Doralice Novaes, presidiu esta mesa.

Mais de 90 pessoas comparecem ao seminário “Novas Diretrizes da Execução Trabalhista”

O Seminário “Novas Diretrizes da Execução Trabalhista”, realizado em 19/10 pela AMATRA-2 e a Escola Judicial do TRT-2, foi um sucesso. Mais de noventa pessoas, entre Magistrados e Servidores, assistiram às palestras.

Sob a coordenação do Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, Diretor Cultural-Adjunto da AMATRA-2, e com a colaboração da Desembargadora Maria Cristina Fisch, Diretora Cultural, apresentaram-se os palestrantes do dia, todos da 2ª Região: o Juiz Titular da 88ª Vara do Trabalho de São Paulo, Homero Batista Mateus da Silva, abordou a Prescrição Intercorrente; o Juiz Titular da 19ª Vara do Trabalho de São Paulo,

Diretora Cultural da AMATRA-2, Desembargadora Maria Cristina Fisch, e Diretor-Cultural Adjunto Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, participam dos debates do Seminário



Mauro Schiavi, palestrou sobre o tema “Liquidação nas Execuções Trabalhistas”; “A Responsabilidade nas Execuções Trabalhistas” foi o assunto da palestra do Juiz Marcos Scalercio; o Desembargador Aposentado, Francisco Antônio de Oliveira, encerrou com trabalhos com explanação sobre “Penhora na Execução Trabalhista”.

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos é entregue em São Paulo



O TRT-2 recebeu, no dia 28 de novembro, os vencedores da 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, que pela primeira vez foi entregue em São Paulo e contou com o apoio da AMATRA-2. A cerimônia teve a participação de presidentes de Amatras, Magistrados de diversas Regiões e Desembargadores do Tribunal. “Devemos valorizar projetos que combatam todas as formas de discriminação no trabalho”, definiu a Presidente do TRT-2, Maria Doralice Novaes. A Desembargadora afirmou que a premiação trouxe ao centro do debate uma fábrica de cidadania ativa. “É um marco histórico para o TRT-2 sediar o prêmio”.

“Essas iniciativas darão fôlego para que o País siga num caminho mais justo”, disse o Presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, ao abrir a premiação. A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra e da AMATRA-2, Sandra Bertelli, explicou o motivo que levou a entidade a escolher o Cilindro de Ciro – que representa a primeira declaração dos Direitos Humanos – para dar forma à estatueta que cada vencedor levou para casa. “Assim como Ciro, a Anamatra vem, ao longo dos anos, gravando a sua história em fatos concretos para afirmação e valorização dos direitos humanos”, ressaltou Sandra.

A Presidente da AMATRA-2, Patricia Almeida Ramos, agradeceu por ter tido a oportunidade de apoiar o Prêmio e parabenizou os vencedores. “Parabéns aos homenageados, que hoje concedem brilho e cor ao evento”.

Antes da premiação, a Procuradora do Estado de São Paulo, Flávia Piovesan, lançou um panorama geral sobre os direitos humanos no mundo e apontou 10 desafios que o Brasil precisa

enfrentar, entre eles : a ratificação de parâmetros protetivos internacionais, assegurar o reconhecimento dos Direitos Sociais como Direitos Humanos, estabelecer uma prioridade orçamentária para a implantação dos Direitos Sociais, fortalecer o princípio de cooperação internacional e promover o diálogo entre as jurisdições.

Premiados

Na categoria Cidadã, a Universidade Católica de Brasília foi a vencedora, com o trabalho Promotoras Legais Populares pelo Trabalho Doméstico Decente. Já na categoria TJC, programa de autoria da Anamatra executado pelas Amatras nos estados, o vencedor foi Clóvis Renato Costa Farias, com o trabalho Comunidade e Direitos sociais, no Ceará. A categoria Imprensa teve quatro vencedores. Na subcategoria fotografia, Marcos Porto, de Blumenau (SC), foi o vencedor com a imagem A dor se repete, veiculada no Jornal de Santa Catarina. Ana Lúcia Caldas, de Brasília (DF), foi a grande vencedora na categoria Rádio, com o boletim Começar de Novo — Da capacitação ao esporte: o recomeço dos detentos, da Rádio Justiça. Dentre os trabalhos de televisão inscritos, o selecionado para ser premiado foi o programa Caminhos da Reportagem Nosso lixo, da TV Brasil, de autoria da jornalista Carina Dourado, de Brasília (DF). E o mineiro Joelmir Rezende, de Belo Horizonte (MG), levará o prêmio na subcategoria Impresso, com a reportagem Fora da Lei, publicada no jornal O Tempo (MG).

Magistratura e Trabalho conversou, com exclusividade, com o Presidente do TST

Ministro José Oreste Dalazen, que encerra o mandato em março, faz um balanço da gestão

Qual a expectativa do Tribunal Superior do Trabalho com relação ao cumprimento das Metas de execução, especialmente com relação à segunda região?

Os dados parciais demonstram que será possível à maioria dos Tribunais Regionais do Trabalho o cumprimento das Metas propostas para a execução nestes próximos dois anos. A Segunda Região, detentora do maior acervo de processos do país, encontra-se a caminho disso. Ressalto, no entanto, que mais importante até que o cumprimento puro e simples das metas, é reconhecermos sua finalidade. Os objetivos institucionais traduzidos em “metas” demonstram a existência de uma política pública de organização e de gestão estratégica. Apenas a partir de objetivos concretos e claros – como se dá, no caso das execuções, com a necessidade de aprimoramento dessa fase do processo judicial – torna-se possível a melhor utilização de todos os esforços da Justiça do Trabalho. Não podemos, nem devemos perder de vista que metas traduzem os mais importantes objetivos da instituição e não são, ao contrário do que às vezes se divulga, aleatórias imposições descabidas.

Qual a visão do Tribunal Superior do Trabalho para a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na execução trabalhista?

O Tribunal assentou sua jurisprudência, mediante algumas decisões da Seção de Dissídios Individuais 1, que essa aplicação não pode ocorrer, na medida em que existem normas claras na CLT a regular a fase de execução. Ausentar-se-ia, então, o requisito da omissão legislativa. Ninguém é contra a evolução de vários aspectos da lei

processual trabalhista, que se encontra, em alguns temas, defasada. O problema que a SDI-1 vislumbrou foi o impedimento do artigo 769 da CLT. Para avançarmos, a Justiça do Trabalho enviou ao Congresso Nacional anteprojeto de Lei, que hoje tramita como o PLS 606/2011. Nessa proposição, diversos aspectos da nova execução processual civil transferem-se para o processo de execução trabalhista.

Qual o posicionamento do C. Tribunal Superior do Trabalho com relação à prescrição intercorrente. Prevalece o entendimento consubstanciado na súmula específica?

Os debates durante a Semana do TST, ocorrida há pouco, indicaram que a Corte continua firme na posição de não reconhecer a existência da prescrição intercorrente. Recentemente, na sessão de 13 de dezembro, a SDI-1 também voltou a discutir o tema e reafirmou-se o entendimento perfilhado pela Súmula 114. Votei vencido, porque não descarto excepcionalmente a incidência da prescrição intercorrente quando a inércia for debitada exclusivamente ao exequente ao abster-se de praticar determinados atos processuais, como a iniciativa da liquidação por artigos.

Qual a expectativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho com relação à implantação do PJE na Justiça do Trabalho, inclusive no que tange ao seu pleno funcionamento?

O PJE-JT é uma realidade irreversível. Hoje todos os 24 Tribunais Regionais já têm varas do trabalho operando com o sistema. Algumas capitais (Aracaju, Cuiabá e Fortaleza) já contam com a totalidade de suas varas do trabalho totalmente eletrônicas e há Regiões que já ultrapassaram em muito a meta proposta

pelo CNJ de implantação de 10% das varas do trabalho com o sistema. Todos os usuários reconhecem, com entusiasmo, as imensas vantagens desse novo sistema que será, em muito breve, uno, nacional e definitivo. Na 20ª Região (Sergipe) todas as Varas do Trabalho já operam mediante o uso do PJE-JT. Para 2013, acabei de aprovar cronograma pelo qual cinco outros TRTs pretendem implantar o PJE-JT em todas as Varas do Trabalho, inclusive a 15ª Região.

O Tribunal Superior do Trabalho tem conhecimento das dificuldades de instalação das novas varas no TRT da Segunda Região?

Acompanhamos, desde a gestão do Desembargador Nazar, e o fazemos ainda agora com a Desembargadora Doralice, as dificuldades. São Paulo apresenta uma situação peculiar no universo da Justiça do Trabalho, em razão do expressivo volume processual. A manutenção de uma estrutura que atenda com eficiência às demandas da sociedade. Importante também é aprendermos com a experiência. A Lei que criou as varas do trabalho da 2ª Região, como sempre ocorre, não tramitou celeremente. Mesmo assim, o planejamento estratégico do TRT não foi suficiente a garantir a preparação dos meios de implantação imediata das novas unidades, tão logo criadas. Os esforços que nos são possíveis estão disponíveis aos gestores do Tribunal de São Paulo. Defendo a descentralização do Fórum Ruy Barbosa.

O Programa Trabalho-Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho foi lançado com sucesso este ano, em campanhas por todo o Brasil. Os efeitos práticos do programa já são notados?



Vários resultados auspiciosos foram atingidos pelo Programa Trabalho Seguro! Posso elencá-los abreviadamente: milhares de trabalhadores ouviram a mensagem e participaram de treze Atos Pelo Trabalho Seguro nas obras dos estádios de futebol da Copa de 2014 e, mais recentemente, em obras de grandes usinas hidrelétricas; em Santo Antônio (RO), falamos para 13 mil operários; inúmeros eventos científicos sobre o tema repetiram-se por todos os Tribunais Regionais, além do Seminário Nacional que realizamos no TST em 2011; o Conselho Nacional de Educação baixou normativo estabelecendo que a cultura da prevenção seja incluída como tópico programático em todos os níveis da educação brasileira, cumprindo o que já preceituava a Convenção 155 da OIT, adotada pelo Brasil; e o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra incorporou os valores do Programa Trabalho Seguro em suas profícuas atividades nas escolas, para milhares de trabalhadores em formação. Gostaria de destacar uma última demonstração de que o Programa hauriu-se de sucesso. Em razão do expressivo atendimento por parte dos colegas à recomendação

conjunta do Presidente do TST e do Corregedor-Geral da JT, centenas de ações regressivas puderam e poderão ser ajuizadas pelo INSS, cobrando as despesas causadas por acidentes de trabalho pelo empregador negligente. Tal medida tem dois aspectos importantes: a par de possibilitar o ressarcimento em si dos valores --- expressivos! --- despendidos pelo Estado na assistência às vítimas e seus familiares, também ostenta inegável caráter pedagógico, para desestimular a reincidência.

Qual a posição do Tribunal Superior do Trabalho a respeito do pagamento de indenização de férias não usufruídas, bem como dos passivos de auxílio-alimentação?

Todos os direitos endereçados aos Magistrados precisam ser adimplidos o mais rápido possível. A conjuntura atual, no entanto, no que diz respeito a esses dois assuntos, é particularmente complexa. Como se sabe, a Resolução 133 do CNJ, que promove a equiparação remuneratória entre magistrados e integrantes do Ministério Público, foi objeto de impugnação, ainda pendente de apreciação pelo STF. Em que pese a inexistência de

liminar em favor do Requerente, o Governo firma-se no fato político da existência da ação, para evitar o pagamento dos passivos indenizatórios. Ambos os títulos – férias e auxílio-alimentação – encaixam-se nessa hipótese. Os esforços não cessam, no entanto, em direção ao cumprimento dos direitos dos magistrados.

Qual a opinião do Senhor a respeito da campanha nacional de valorização da Magistratura, bem como atual política remuneratória dos Magistrados?

A dignificação salarial da Magistratura constitui prática política importante para a Democracia. Devemos nos aproximar da população a que servimos, para encurtar distâncias de viver de perto os problemas que nos são submetidos na jurisdição. Na atual política remuneratória da magistratura os outros poderes não cumprem o mandamento constitucional, que nos assegura revisão do valor real dos subsídios, todos os anos. Um grave problema, que tem contornos institucionais e que deve ser solucionado tão rápido quanto possível, para que dele não haja desdobramentos indesejáveis. A irredutibilidade dos vencimentos macula-se pela perda de seu valor real, o que constitui grave ofensa a uma garantia da Magistratura.

Qual o balanço que Senhor faz da sua gestão até o presente momento?

Penso que nunca a Justiça do Trabalho e o TST desfrutaram da visibilidade e do prestígio de que hoje desfrutam na sociedade, mercê do esforço conjugado de seus integrantes. Busquei desenvolver uma gestão arrojada, proba, transparente e proativa. Acima de tudo, restabeleci a harmonia e a cordialidade no âmbito interno do Tribunal. Basta dizer que houve eleição unânime dos três novos dirigentes da Corte. Deixo, assim, a direção do Tribunal Superior do Trabalho, no início do próximo mês de março, com a consciência tranquila de ter dado tudo o que estava ao meu alcance, para servir à Instituição a que me devoto há mais de três décadas. Certamente cometi equívocos, mas não incorri no defeito da inércia ou da postergação. Louvei-me de magistrados e servidores comprometidos com os melhores valores institucionais e isso produziu resultados sumamente gratificantes, que estão aí, aos olhos de todos.



AMATRA-2 comemora Jubileu

Festa no Buffet França celebrou 50 anos da Associação com homenagens a ex-Presidentes

Mais de trezentas pessoas participaram do jantar que comemorou o Jubileu de Ouro da AMATRA-2, na noite de 13 de dezembro. A festa contou com uma homenagem aos ex-Presidentes da entidade, que receberam uma estatueta como lembrança da data. O Desembargador aposentado Decio Sebastião Daidone, também ex-Presidente do TRT-2, fez questão de tomar a palavra e ressaltar a importância da Associação para a Justiça do Trabalho no País. O Desembargador Pedro Carlos Sampaio também prestou homenagem à entidade e aos colegas.

A Presidente da AMATRA-2, Juíza Patricia Almeida Ramos, confessou o orgulho de estar à frente da entidade nas comemorações pelo Jubileu de Ouro e apresentou aos convidados o livro que conta a história dos 50 anos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região.

Um vídeo com frases dos ex-Presidentes sobre a AMATRA-2 também foi mostrado aos presentes, antes de o jantar ser servido. A festa teve música ao vivo e a banda manteve a pista lotada, tocando jazz, rock, música brasileira e eletrônica.

Além da lembrança aos ex-Presidentes, a mais antiga funcionária da AMATRA-2 foi homenageada. Dona Luzia recebeu um presente pelos 35 anos de dedicação à Associação, e foi aplaudida por todos.



Dona Luzia recebe homenagem pelos 35 anos na AMATRA-2



Desembargadora Maria Doralice Novaes, presidente do TRT-2 e Dr. Fauzi Achôa



Desembargador Nelson Nazar e Sra. Marília Nazar





de Ouro



Da esquerda para a direita: Juiz Maurício Assali e Juíza Patrícia Almeida Ramos; Juíza Beatriz de Lima Pereira e Juíza Sandra Assali; Juíza Raquel Gabbai e Juiz Gabriel Lopes Coutinho Filho



Juíza Valéria Sanchez e Senhor José Pedro, representando o pai, Desembargador Helder Almeida de Carvalho; Desembargador Floriano Corrêa Vaz da Silva e Juíza Isabel Romeu; Juíza Cristina Ottoni e Juiz Renato Sant'Anna; Desembargador Decio Daidone e Desembargadora Maria Cristina Fisch



Desembargador Carlos Roberto Husek, Juiz Armando Augusto Pinheiro Pires e Juiz Maurício Assali; Desembargador Pedro Carlos Sampaio Garcia e Juiz Daniel Rocha Mendes; Juiz José Lúcio Munhoz e Juiz Farley Roberto Ferreira

Juíza Sonia Maria Lacerda e Juiz Maurício Marchetti; Desembargadora Dora Vaz Treviño e Desembargadora Lizete Belido Barreto Rocha; Juíza Olívia Pedro Rodriguez e Desembargadora Silvana Abramo Ariano



AMATRA-2: 50 anos de lutas, conquistas e História em livro



e a Profissionalização (caracterizada pela retomada das questões internas, concernentes à vida e profissão dos juízes do trabalho). No meio do livro há uma linha do tempo que situa e relaciona os acontecimentos internos da AMATRA-2 com a Justiça do Trabalho e o contexto histórico mais amplo do País.

“O que mais me impressionou no processo foi o amor e a importância que cada entrevistado da AMATRA-2 e que nos foi revelado nas entrevistas. Todos se dedicaram muito a Associação, muitos deles sacrificando a própria vida familiar”, conta a pesquisadora Fabíola Holanda Barbosa Fernandez. Ela diz que as entrevistas revelaram as dificuldades enfrentadas no início pela Associação e pela própria Justiça do Trabalho. “Acho que os novos associados nem imaginam ao frequentarem a sede da AMATRA atual a precariedade em que os pioneiros da Associação viveram. Tudo era muito difícil e penoso”, explica Fabíola. A pesquisadora confessa ter sido emocionante conversar com os pioneiros da Associação, como o Dr. Pedro Vidal Neto. “A maneira como nos receberam em suas casas e locais de trabalho, todos dispostos a contribuir com a construção e registro dessa história”, completa.

A publicação que conta as histórias dos 50 anos da AMATRA-2 é costurada por fatos políticos, sociais e comportamentais que marcaram as últimas décadas. Os episódios foram narrados por ex-presidentes da AMATRA-2. As entrevistas deram origem aos quatro capítulos que correspondem a uma linha do tempo, que contempla a Fundação da entidade (em 1962, até a sua legalização, em 1974); a Institucionalização (até o início de uma atuação mais explicitamente política, a partir do período de redemocratização do país - 1983); a Politização (caracterizada pela projeção da Associação nas questões políticas mais amplas no âmbito da Justiça do Trabalho e do contexto histórico brasileiro – 1983/2000)





Comemorações dos 50 anos começaram com festa na sede administrativa

As comemorações pelos 50 anos da AMATRA-2 tiveram início em 04 de outubro, data de fundação da entidade, com um evento de confraternização entre Magistrados e funcionários. Estiveram presentes os ex-presidentes da Associação Ildeu Lara de Albuquerque, Carlos Moreira de Luca, Carlos Roberto Husek, Beatriz de Lima Pereira, Lucio Munhoz, Gabriel Lopes Coutinho Filho e Sonia Maria Lacerda, que participaram do descerramento de uma placa comemorativa.

Em discurso, a Presidente Patricia Almeida Ramos ressaltou a importância do cinquentenário para as lutas e conquistas dos Juízes do Trabalho da Segunda Região. Entre essas lutas, ela destacou a atuação contra os crimes da ditadura, a defesa da Justiça do Trabalho, o fim da representação classista, a participação na campanha Diretas Já, o combate ao nepotismo, a ampliação da estrutura do TRT-2. “Cinquenta anos depois, final de um ciclo temporal e quase cabalístico. Início de um outro. Novos tempos, novos desafios. Neste momento buscamos

a superação da crise que o Poder Judiciário atravessa, atuando com afinco para o resgate da dignidade e o respeito da Magistratura. Novos paradigmas estão sendo criados, em cenários constantemente reinventados. O trabalho é árduo, mas seus resultados são compensadores”.

Duas ex-Presidentes da AMATRA-2 também falaram aos associados durante a festa. Beatriz de Lima Pereira, que comandou a Associação entre 1994 e 1996, prestou homenagens a Dona Luzia, que há anos dedica-se à Associação. “Uma mulher guerreira, como a nossa associação. Uma mulher que tem uma história de vida para se orgulhar, como a AMATRA-2 e as Juízas do Trabalho”. A ex-Presidente Sonia Maria Lacerda também relacionou a história da entidade às conquistas femininas das últimas décadas. “É uma dama que conquistou espaços nacionalmente. Nós temos que aproveitar esse momento para buscarmos nossos direitos e nossa valorização profissional. Se nós nos unirmos, temos um grande poder”.



Presidente da AMATRA-2, Patricia Almeida Ramos, descerra a placa comemorativa do Jubileu, ao lado dos ex- Presidentes Beatriz Pereira, Gabriel Lopes Coutinho Filho, Sonia Maria Lacerda e Carlos Moreira de Luca

Encontro Anual da AMATRA-2 celebra a Associação com festa e debates sobre

Evento em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, reuniu mais de 140

O 28º Encontro Anual da AMATRA-2 reuniu, entre os dias 15 e 19 de novembro, os associados, familiares e convidados no Portobello Resort, no litoral fluminense, para atividades de confraternização e discussões sobre Direito e Magistratura.

O evento foi aberto pela Presidente da entidade, Juíza Patricia Almeida Ramos, que saudou os componentes da mesa solene, que comemorou os 50 anos da AMATRA-2: a Presidente do Tribunal, Desembargadora Maria Doralice Novaes, o Ministro Vantuil Abdala, a Vice-Diretora da Ejud-2, parceira neste evento, Lilian Gonçalves, a Presidente da Amatra 1, Áurea Regina Sampaio, e a Vice-Presidente Judicial do TRT, Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério.

A Presidente do TRT-2, associada há mais de 32 anos da AMATRA -2, partilhou a alegria de participar do encontro. O Ministro Vantuil, que também já presidiu a AMATRA e o TST, relembrou a importância da Associação na vida política do País - como a luta pela existência da Justiça do Trabalho e contra os classistas. Já a Presidente da Amatra 1 lembrou que a entidade fluminense em breve também completará o seu jubileu de ouro.

Confraternização

O Encontro teve início com um coquetel de boas vindas, seguido por um jantar na tenda, onde os convidados dançaram até o som parar.

Durante as manhãs, as atividades esportivas e de recreação ocupavam os associados e familiares. Passeios de barco, de bicicleta, os jogos de vôlei, caminhadas reuniram os colegas.

À noite, após o tempo para convivência e relaxamento, alguns se divertiam com um barulhento jogo de truco, antes dos jantares temáticos, como o com cardápio mediterrâneo, o Jantar em Preto e Branco (com os hits da Jovem Guarda) e o que celebrou os "Anos 80".



"Associados e familiares aproveitaram as belezas naturais do litoral fluminense e as festas temáticas de confraternização".



ra o 50º aniversário e a Justiça do Trabalho

peessoas



Debates sobre Direito e Justiça do Trabalho

O 28º Encontro Anual da AMATRA-2 teve três dias de palestras que discutiram os Temas Internacionais do Direito do Trabalho, os Temas Atuais de Relação de Trabalho e os Temas Institucionais, em conjunto com o TRT-2.

O Encontro foi encerrado com a palavra da Presidente da AMATRA-2, Patricia Almeida Ramos, que coordenou as discussões institucionais, com vistas à elaboração da Carta de Mangaratiba. Além de todos os temas que já haviam sido debatidos, destacou-se a reiteração da proposta apresentada, quando da posse da atual diretoria, de assento e voz no Pleno do Tribunal. Em atenção a esta questão, a Presidente Maria Doralice Novaes esclareceu que este projeto de alteração regimental está aguardando para entrar na pauta do Pleno.

Foi, por fim, elaborada a Carta de Mangaratiba, aclamada pela plenária, já divulgada pela Presidência da AMATRA-2.

O 28º Encontro Anual foi encerrado com um alegre jantar festivo de confraternização, com a temática dos “Anos 80”, em que os magistrados, familiares e convidados dançaram e se divertiram ao som de músicas da época, inclusive da Xuxa!

Até o próximo Encontro!



Desembargador Amador Paes de Almeida

O Desembargador aposentado Amador Paes Bueno recebeu o Magistratura e Trabalho em sua residência, no bairro do Pacaembu, para contar um pouco da História dele e da Justiça do Trabalho em São Paulo. Entre lembranças particulares, passagens curiosas e até engraçadas – e outras nem tanto - ele traçou um panorama de luta dos Juízes do Trabalho nas últimas décadas.

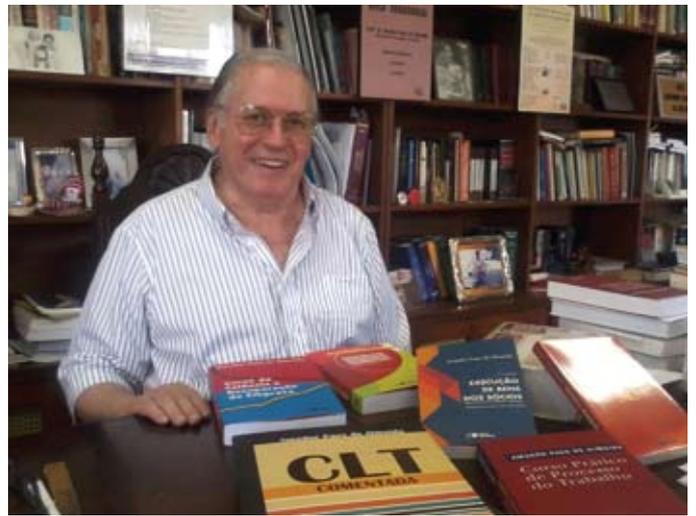
Antes de ingressar na Magistratura, o Amador Paes de Almeida advogou por cerca de 10 anos, fazendo o que ele definiu como “clínica geral”. Formado pela PUC, em 1957, prestou concurso público para a Magistratura do Trabalho em 1964, por influência do colega de faculdade Amaury Mascaro Nascimento, e também do colega do Clássico do Instituto de Ciências e Letras, Ney Edison Prado, ambos já Juízes do Trabalho. No concurso, em que 700 candidatos se inscreveram, foram aprovados apenas 39, entre os quais José Serson (em 1º lugar), Gualdo Amaury Formica, Ralph Cândia e Oswaldo Sant’anna. Nosso entrevistado passou em 19º lugar e lembrou que, por ironia do destino, fez sua prova de Direito Constitucional no dia 31.3.1964!

Trabalhando na então Junta de Conciliação e Julgamento de Mogi das Cruzes, iniciou lá a carreira de docente, na Faculdade de Direito Braz Cubas, onde lecionou Direito Comercial. Foram seus colegas Amaury Mascavo (Constitucional), Wagner Giglio (Trabalho), Pedro Vidal Neto (Processual do Trabalho) e José de Anchieta Falleiros.

Amador Paes de Almeida tornou-se Juiz do Trabalho em 1968, passando a Titular da 30ª Vara em 1975, Titular da 42ª Vara em 1981 e Desembargador em 1993, até se aposentar, quatro anos depois.

“Houve um tempo que eu ganhava mais dinheiro como professor universitário do que como Juiz”, recorda. O Desembargador também lamenta o início difícil, quando o Juiz de Direito podia mudar as sentenças do Trabalho e os advogados, depreciativamente, chamavam a Justiça do Trabalho de “justicinha”.

Os tempos difíceis são narrados em um episódio emblemático, contra a cassação do nível universitário dos Juízes do Trabalho. “Entramos com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Houve um achatamento de 50% dos salários”. O resultado no STF foi um revés. Um dos ministros, na hora de votar, disse: “juridicamente eu estou com os Juízes do Trabalho, mas politicamente eu voto com a revolução”. Os Magistrados, derrotados, começaram a mostrar o descontentamento nas atas de audiência: “Esse Juiz protesta contra a forma que a Magistratura do Trabalho vem sendo tratada pelo Governo Federal”. E logo vieram as represálias.



O Serviço Nacional de Informações vigiava os Juízes. Quem insistisse com os protestos seria cassado. Dr. Amador confessa que parou na hora. “Eu fiquei sabendo inclusive que havia agentes de segurança que assistiam às minhas aulas”.

A atividade de autor de livros jurídicos começou depois de um curso sobre falência, na Braz Cubas. No fim da aula, lembra o Desembargador, um senhor perguntou se ele não queria publicar a apostila em livro. O homem era Juarez de Oliveira. O “Curso de Falência e Recuperação de Empresa” está na vigésima sétima edição.

Ainda lembrando as décadas de luta pela valorização da Magistratura, Amador conta uma história que hoje chega a ser engraçada. “Vinha pela Praça do Patriarca pegar meu fusca para ir para Mogi, quando encontrei Djalma Lucio Barreto, que dizia ter uma boa notícia para me dar”. A novidade era um reajuste de 50% para os Juízes. “Imagine a realidade em que estávamos... O general Médici havia anunciado aumento. A situação era tão alarmante, que até o general se sensibilizou. Eu cruzei o Viaduto do Chá como o Gene Kelly em Cantando na Chuva”.

Amador Paes de Almeida foi Titular da 30ª Vara, onde atuou com os classistas, até a criação da 42ª vara, na Rego Freitas, considerada por ele a fase mais vexatória da Justiça do Trabalho na Segunda Região. As instalações eram péssimas. “Havia um boteco no térreo, um lugar sórdido, cuja janela do banheiro dava para a sala de audiência da 22ª Junta de Conciliação. O cheiro era insuportável. A vara chegou a ser interdita”, relata.

O Magistrado lembra um episódio engraçado, quando comprou uma TV em cores no Mappin e precisava completar a renda para cobrir o “rombo” no orçamento doméstico. Foi substituir juízes no interior. Em Araraquara, encontrou uma situação delicada. Faltava uma boa pensão, o hotel disponível era muito caro. “No dia seguinte à minha chegada fui à Junta, um prédio velho. Era uma casa residencial. O secretário fez um apartamento para mim na garagem. Eu tinha um rádio de pilha e conseguia ouvir música antiga. Estava tudo certo”.

Nomeado Desembargador em 1993, aposentou-se dois anos antes da compulsória. Já dava aulas no Mackenzie, onde era vice-diretor da Faculdade de Direito. “Fui diretor durante um ano, quando Cláudio Lembo era reitor. Trabalhava no Tribunal, estava na Faculdade e ainda me dedicava aos livros”.

Com a morte da esposa, Dona Zezé, há cerca de dois anos, Amador ficou um ano sem escrever uma palavra. Hoje, com a atividade de escritor retomada, ele adota uma atitude otimista: “Tenho 82 anos e estou apto para qualquer coisa”.

Nesta edição, o Magistratura e Trabalho traz um especial sobre livros.

Autores nacionais e internacionais, prosa, verso, romance e suspense. Boa leitura!

Se você é daqueles que gosta de ler, mas não quer mergulhar em questões técnicas ou existenciais, vai gostar de “As esganadas” de Jô Soares, Companhia das Letras. Ambientado no final dos anos 1930 e nem sempre politicamente correto, o livro nos remete ao Rio de Janeiro das confeitarias, da Rádio Tupi e dos “reclames”, narrando o processo de investigação e captura de um “serial killer” que atraía suas vítimas “esganadas” usando como subterfúgio a oferta de doces finos para degustação gratuita. A narrativa fluída, os diálogos bem construídos e os heróis improváveis tornam a leitura agradável e divertida. Acompanhe a saga do delegado Mello Noronha e do detetive português Tobias Esteves. Você não vai se arrepender.

Maria Inês M. S. Alves da Cunha – Desembargadora



Gosto muito de livros sobre objetos de arte, sobre instrumentos musicais, sobre quadros e sobre os próprios livros: prazer literário e artístico elevado a outra potência. A segunda preferência, ainda no campo da literatura ficção - que funciona como terapia contra o estresse laboral - é por biografias. Periodicamente tenho uma recaída poética, então alterno os meus amados poetas mineiro e português com novos autores brasileiros.

Estive lendo há pouco o título “OS LADRÕES DE CISNE”, de Elizabeth Kostova, traduzido por Adalgisa Campos da Silva, da Editora Intrínseca, RJ. É uma exploração do tortuoso universo psíquico de um pintor, seus

temas, temores e paixões, sob a ótica de um psiquiatra que também pinta. A própria autora já escrevera um best seller (“O historiador”) e declarou que este “é um livro sobre obsessões: pelas pessoas, pela arte e pela forma como a arte pode nos transformar. Sobre o primeiro e o último amor de uma vida. E, acima de tudo, sobre psicologia e criação artística...!”.

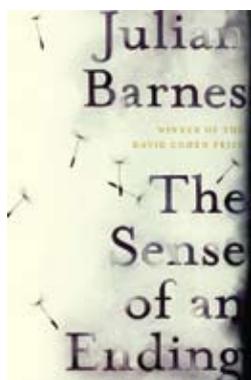
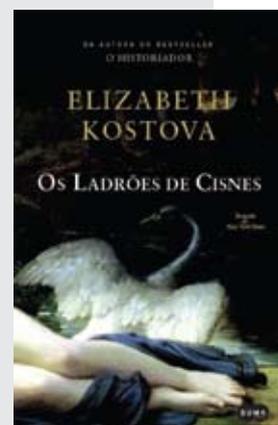
Depois de um alegre e bem humorado encontro de elevador, com o colega Desembargador Luiz Edgar Ferraz, em que a conversa tangenciou “assuntos antropofágicos” - era hora do almoço, acho - lembrei-me de seu livro de poesias “O Chapéu Antropófago”, de 2011 e resolvi dar mais uma folheada para localizar um daqueles favoritos,

selecionados, intitulado “CORÇÃO DE VIDRO”, que começa assim:

Meu coração bate compassadamente relógio de vidro negra solidão. Um corte profundo derrama meu sangue mas sofro calado não choro em vão. E continua: Chorar que adianta chorar não resolve meus olhos são secos nada me comove.

Boa leitura!

Desembargadora Cíntia Taffari



O Sentido de um Fim – Julian Barnes.

Este curto romance do escritor britânico, vencedor do Booker Prize, o mais importante prêmio literário do Reino Unido, e lançado no Brasil pela Editora Rocco, é, sem dúvida, um grande livro. Trata-se de uma viagem repleta de imprecisões e espaços vazios a serem preenchidos pelo leitor, na medida em que este avança na trajetória do narrador, o sessentão Tony Webster. O personagem é quase um anti-herói. Aposentado, divorciado, maníaco por arrumação, pai pouco dedicado e que teve como principal objetivo na vida o de “não ser muito incomodado por ela”, Tony, em virtude de um acontecimento inesperado no presente, passa a buscar as razões do suicídio de um amigo no passado. No início do livro, o narrador joga a principal premissa sobre a qual vai construir o enredo: a História é o produto das imperfeições da memória e das falhas de documentação. A partir de então, o que se observa é a habilidade do escritor ao conduzir o leitor pela trama, que revive a juventude do narrador e seus colegas de escola nos anos sessenta, mas em constante diálogo com o presente. O desenrolar é cheio de mistérios e lacunas, o que, além de manter o clima de suspense, leva o leitor a perceber que também a trajetória pessoal de cada ser humano está sujeita a se tornar uma certeza criada por sua memória imperfeita em confronto com a ausência de documentação. E, desse questionamento, a pergunta que fica é se realmente não fabricamos inconscientemente verdades sobre nossas experiências pessoais que nos ajudam a continuar vivendo sem que a vida nos incomode muito, qual o narrador. Será que a imperfeição da nossa memória não é um meio de sobrevivermos à inconsistência da vida e das nossas escolhas? Um livro curto e fácil de ler, mas bastante provocativo.

Roberto Vieira de Almeida Rezende, Juiz do trabalho.

AMATRA-2 conquista o 5º lugar



Já na corrida Rústica de 5km, o Diretor de Esportes da AMATRA-2, Juíz Walter Vegas Junior, conquistou a medalha de prata na categoria até 39 anos. O Juíz Armando Pires ficou em terceiro na categoria a partir dos 50 anos. A presidente da AMATRA-2, Juíza Patricia Almeida Ramos, e o Juíz Fernando César Teixeira França também completaram o percurso.

Na natação, mais uma vez, as Juízas Thereza Cristina Nahas e Érika Andrea Izídio Szpektor marcaram presença nos primeiros lugares. O Juíz Álvaro Emanuel de Oliveira Simões ficou em terceiro nos 100 e 200 m, Juíz Armando Pires (terceiro nos 50m) os Juízes Walter Vegas Junior, Juíz Fernando César Teixeira França e Anísio de Sousa Gomes também participaram.

O tênis é outra modalidade em que a AMATRA-2 foi destaque. No masculino, Juíz Ricardo Motomura, ficou em segundo lugar.

Na disputa de Dominó, estiveram presentes as duplas Juíz Álvaro Emanuel de Oliveira Simões e Juíz Anísio de Sousa Gomes (4ª colocação), e as Juízas Elisa Maria Andreoni e Patricia Almeida Ramos. O Juíz Álvaro também representou a entidade nas partidas de xadrez.

Nossos atletas também marcaram presença na disputa de tênis de mesa (Juíz Jefferson do Amaral Genta), Vôlei de praia (Juízes Jefferson do Amaral Genta e Thiago Melosi Soria; Marcos Scalercio e Walter Vegas Junior; e Álvaro Emanuel e Oliveira Simões e Armando Pires), futebol society (Juízes Adenilson Brito Fernandes, Fábio Moterani, Fábio Ribeiro da Rocha, Leonardo Grizagoridis da Silva) e caminhada (Juíza Edite Almeida Vasconcelos).

A AMATRA-2 foi destaque na disputa dos Jogos Nacionais da Anamatra 2012, subindo da 13ª (colocação em 2011) para a quinta posição na classificação geral neste ano. Os bons desempenhos na corrida, natação e tênis foram responsáveis pela melhora no ranking.

Um dos principais destaques foi a Juíza Érika Andrea Izídio Szpektor, que subiu ao lugar mais alto do pódio duas vezes, na corrida. A Juíza Thereza Cristina Nahas também conquistou o ouro, na categoria acima de 40 anos, na corrida rústica de 10km. No masculino, o grande nome da prova foi o Juíz Anísio de Sousa Gomes, que conquistou a torcida ao completar a corrida de forma empolgante. Ele não conquistou medalha, mas demonstrou espírito esportivo e contagiou os outros competidores.

Apoio:

